



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE OPERAÇÃO
DO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL DE
TRANSPORTE COLETIVO.

NEWTON LIMA NETO, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 1º das Disposições Gerais e Transitórias da Lei nº 13.033, de 24 de julho de 2002, e tendo em vista o que consta no processo administrativo protocolado sob o nº 12.873/2002,

DECRETA:

TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O transporte coletivo local é serviço público essencial, devendo ser prestado ao usuário com eficiência, regularidade, conforto e segurança compatíveis com sua dignidade de pessoa humana, sem solução de continuidade, estando permanentemente à sua disposição, nos termos da legislação pertinente.

Art. 2º - Qualquer pessoa tem o direito de utilizar o transporte público contra a única exigência do pagamento da respectiva tarifa, fixada pelo Prefeito Municipal, sendo vedada a cobrança de qualquer outro preço ou acréscimo.

CAPÍTULO I - DA TERMINOLOGIA

Art. 3º - Ficam definidos os seguintes termos para utilização neste Regulamento e nos demais atos complementares, bem como na relação cotidiana entre as partes:

AUTO DE INFRAÇÃO: documento que registra a infração ocorrida e a respectiva penalidade aplicada.

AUTORIZAÇÃO: é o regime jurídico pelo qual se autoriza, temporariamente, a execução dos serviços de transporte coletivo de passageiros por terceiros.

CADASTRO DA FROTA: relação dos veículos, mantida pela Prefeitura Municipal, contendo as informações oficiais dos veículos autorizados a prestar o serviço de transporte.

[Handwritten signature]



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

CAPACIDADE DO VEÍCULO: quantidade máxima de lugares disponíveis nos veículos para transporte dos passageiros, representando a somatória de lugares sentados e em pé, de acordo com seu tipo, modelo, características técnicas e taxa de densidade de passageiros em pé por metro quadrado de área útil do veículo para o transporte de passageiros em pé.

CERTIFICADO DE VINCULAÇÃO AO SERVIÇO - CVS: documento emitido pela Prefeitura Municipal que declara a autorização de circulação do veículo para prestação do serviço de transporte.

CONCESSÃO: é o regime jurídico pelo qual se delega a terceiros a execução dos serviços de transporte coletivo de passageiros mediante processo licitatório, nas condições estabelecidas no Edital e no Contrato de Concessão.

CUSTO COM IMPOSTOS E TAXAS: parcela dos custos operacionais que inclui os impostos e taxas incidentes sobre a prestação e exploração do serviço.

CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO: parcela dos custos operacionais que inclui os itens relativos às despesas administrativas relacionadas com a prestação do serviço, tais como: IPVA e seguro obrigatório dos veículos e veículos de apoio, demais seguros, energia elétrica, água, esgoto, IPTU, telefone, material de expediente, gasto com acidentes não cobertos por seguros, contribuição sindical patrimonial, assinatura de periódicos, divulgação de informações ao público, propaganda e demais despesas administrativas.

CUSTO DE CAPITAL: custos relativos à depreciação e remuneração do capital aplicado em veículos, instalações e equipamentos e remuneração do capital aplicado no almoxarifado.

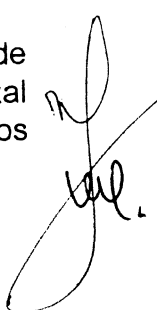
CUSTO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO: somatória de despesas com a equipe de diretores, gerentes e funcionários do setor administrativo, incluindo os encargos sociais e benefícios.

CUSTO DE PESSOAL OPERACIONAL: somatória de despesas com a equipe de motoristas, cobradores, fiscais, demais funcionários do setor de tráfego e funcionários do setor de manutenção, incluindo os encargos sociais e benefícios.

CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS: somatória das despesas necessárias à substituição de peças e acessórios.

CUSTO FIXO ou INVARIÁVEL: somatória de despesas necessárias à operação do serviço, compreendendo custos administrativos gerais, pessoal administrativo e custos de capital relacionados às instalações (garagem) que para a dimensão da frota de São Carlos são considerados independentes da frota das operadoras.

CUSTO VARIÁVEL COM A FROTA DE RESERVA TÉCNICA: somatória de despesas necessárias à operação do serviço, compreendendo custos de capital relacionados à frota, que variam conforme a quantidade de veículos necessários para a reserva técnica da frota operacional.





Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

CUSTO VARIÁVEL COM A FROTA OPERACIONAL: somatória de despesas necessárias à operação do serviço, compreendendo custo com pessoal operacional, custo de reposição de peças e acessórios, custos de capital relacionados à frota e despesas de licenciamento de veículos, que variam conforme a quantidade de veículos em circulação necessários ao serviço.

CUSTO VARIÁVEL COM A RODAGEM: somatória de despesas necessárias à operação do serviço, compreendendo combustível, lubrificantes e rodagem, que variam conforme a quantidade de viagens realizadas, ou seja, da quilometragem total rodada.

DEMANDA: quantidade de deslocamentos realizados a bordo dos veículos pelos usuários do serviço.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO: processo de trabalho em que são definidas as características operacionais do serviço (viagens), normalmente organizadas em linhas.

ESTAÇÃO DE CONEXÃO ou DE INTEGRAÇÃO: local onde se estabelece a integração de serviços de transporte coletivo, normalmente no itinerário de passagem das linhas, caracterizado como um terminal de pequeno porte, na maior parte das vezes implantado em áreas do sistema viário.

FREQÜÊNCIA: quantidade de meias viagens, em cada sentido, por unidade de tempo.

FROTA OPERACIONAL: quantidade de veículos necessários para a execução das viagens.

FROTA RESERVA TÉCNICA: quantidade de veículos destinados à substituição dos ônibus, em caso de avaria ou de manutenção preventiva, que integram a frota operacional.

HORÁRIO: momento de partida e momento de chegada.

INFRAÇÃO: não cumprimento das normas e regulamentos pré-estabelecidos.

INTERVALO: tempo entre viagens consecutivas dos veículos de uma mesma linha.

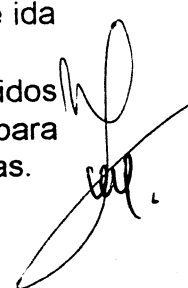
ITINERÁRIO: percurso da viagem compreendendo a relação do ponto terminal principal, pontos de parada, ruas e logradouros, terminais e estações de integração e o ponto terminal secundário.

LINHA: conjunto de viagens de veículos organizadas em um itinerário regular com horários definidos.

"LOCK-OUT": paralisação total dos serviços pelas operadoras e retirada de veículos do limite do Município.

MEIA VIAGEM: deslocamento entre os pontos terminal principal e secundário de ida ou de volta.

MEIOS DE PAGAMENTO DE VIAGENS: meios físicos estabelecidos convencionados para serem utilizados no acesso dos passageiros aos veículos para realização de suas viagens, na forma de bilhetes, fichas, cartões ou outras formas.





Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

MODO DE TRANSPORTE: sistema de produção do serviço de transporte coletivo de passageiros, caracterizado pela capacidade e pelo tipo de tecnologia utilizado, como ônibus, micro-ônibus, tróleibus, metrô, trem de subúrbio e outros.

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO: documento que registra a infração ocorrida no caso de advertência escrita ou outra que enseje a aplicação de multa.

OPERAÇÃO NORMAL: viagens regulares dos veículos transportando passageiros.

OPERADORA: empresa à qual foi delegado o serviço, na forma jurídica definida em lei.

ORDEM DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO - OSO: documento que especifica todos os dados necessários à execução do serviço de transporte pela operadora.

ORDEM DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO POR LINHA: documento anexo à Ordem de Serviço de Operação, que especifica os serviços a serem prestados em cada linha.

PASSAGEIROS EQUIVALENTES: quantidade teórica de passageiros transportados obtida através de cálculo de equivalência entre a quantidade de passageiros de fato transportados, com pagamento da tarifa integral ou com redução, em relação à quantidade de passageiros que seriam transportados se todos pagassem a tarifa integral.

PASSAGEIROS: usuários do transporte coletivo.

PLANOS DE CONTINGÊNCIA: planejamento para prestação do serviço em condições de risco à sua continuidade.

PONTO TERMINAL PRINCIPAL: um dos terminais onde se processa o controle operacional de determinada linha, normalmente localizado no bairro.

PONTO TERMINAL SECUNDÁRIO: segundo local onde se processa o controle operacional de determinada linha, localizado no terminal oposto ao definido como principal.

PONTOS DE PARADA: locais pré-estabelecidos para embarque e desembarque ao longo do itinerário da linha, devidamente sinalizados.

QUADRO HORÁRIO: relação de horários estabelecidos para as viagens, partindo de cada ponto terminal.

QUILOMETRAGEM OCIOSA: quilometragem rodada resultante do percurso dos veículos entre os pontos terminais principal ou secundário à garagem.

RECEITA OPERACIONAL: é o numerário proveniente da venda de passagens.

REGULAGEM OPERACIONAL: ato pelo qual a operadora mantém o veículo estacionado no ponto terminal principal ou secundário pelo tempo necessário à regularização dos horários de viagem.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO: conjunto de equipamentos, instalações, processos de trabalho, meios de pagamento e pessoal relacionados à comercialização e controle do uso do serviço.

[Handwritten signature]



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO: conjunto de linhas, infra-estrutura, veículos e equipamentos que permitem a oferta à população do serviço de transporte coletivo.

TARIFA: preço fixado pelo Prefeito Municipal, a ser pago pelos passageiros para acesso ao serviço de transporte coletivo e execução de seus deslocamentos.

TEMPO DE VIAGEM: duração total da viagem, computando-se os tempos de percurso e de paradas nos pontos terminais.

TERMINAL DE INTEGRAÇÃO: equipamento urbano destinado a integração física, operacional e tarifária, inter ou intra-modal, onde os usuários são transferidos para complementação da viagem.

TERMO DE CONCESSÃO ou CONTRATO DE CONCESSÃO: instrumento jurídico pelo qual o Poder Público delega a terceiro, após regular licitação, a prestação e exploração do serviço de transporte, e que, entres outros estabelece o objeto e condições para prestação do serviço de transporte.

TRIPULAÇÃO: conjunto de pessoas responsáveis pela operação do veículo.

VEÍCULOS: denominação genérica para qualquer veículo com capacidade para o transporte coletivo de pessoas, como ônibus, mini-ônibus e micro-ônibus em todas as suas tipologias e que seja autorizado pelo Poder Público.

VIAGENS DOS VEÍCULOS: total de deslocamentos ida e volta entre os pontos terminais principal e secundário.

**CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO ESSENCIAL DE
TRANSPORTE COLETIVO**

Art. 4º - Constitui serviço essencial de transporte coletivo os transportes executados por ônibus, micro-ônibus ou outro meio em uso ou que vier a ser utilizado no futuro, à disposição permanente do cidadão, contra a única exigência de pagamento da tarifa de utilização efetiva, fixada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único - Enquanto essencial, o transporte coletivo deverá ser prestado observando-se as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.

Art. 5º - O serviço essencial de transporte coletivo é gerido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, e explorado e prestado por terceiros através de delegação da Prefeitura Municipal, na forma de concessão.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 6º - Compete à Prefeitura Municipal, no exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço essencial de transporte coletivo, a prestação dos seguintes serviços:

I - atendimento à população nos assuntos relacionados ao serviço de transporte;

II - planejamento e organização dos serviços de transporte público no âmbito municipal, em especial do transporte coletivo e a especificação correspondente do serviço a ser prestado pelas operadoras;

III - medição e fiscalização do serviço concedido;

IV - planejamento, projeto, implantação e administração de terminais de transferências e/ou integração, equipamentos de informação aos usuários, abrigos de ônibus e sinalização de pontos de parada;

V - especificação, controle e fiscalização do sistema de comercialização de meios de pagamento das passagens, incluindo o controle da emissão de bilhetes, cartões e créditos eletrônicos a serem comercializados.

§ 1º - Os serviços de implantação de terminais, abrigos e de sinalização de pontos de parada poderão ser realizados diretamente pela Prefeitura Municipal ou indiretamente através de delegação, não sendo vedada a veiculação de publicidade nos mesmos.

§ 2º - Os meios de pagamento de viagens, tais como vale-transporte, passes escolares, créditos eletrônicos e outros, serão organizados pela Prefeitura Municipal, que os uniformizará para comercialização pelas operadoras através de sua entidade associativa.

Art. 7º - As concessões serão feitas após regular licitação e de acordo com as determinações legais específicas.

§ 1º - Excepcionalmente, em casos de emergência ou em casos transitórios, para que não haja solução de continuidade dos serviços, ou para atender circunstâncias inafastáveis de interesse da coletividade, admitir-se-á a outorga dos serviços de transporte coletivo sob o regime de autorização, sempre a título precário, por um período máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º - Às operadoras autorizadas a prestar os serviços aplicar-se-á o disposto neste Regulamento, no que couber.

§ 3º - Durante o prazo da concessão, as operadoras cumprirão com os termos de compromisso e propostas por elas apresentadas no processo licitatório que deu origem à delegação, bem como com as especificações e condições que integram o Edital de Licitação.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 8º - A concessão, por si só, impõe a vinculação dos meios materiais e humanos empregados pelas operadoras na operação do serviço, quaisquer que sejam eles, como pessoal, veículo, garagens, oficinas e outros, ao serviço público essencial que prestam.

§ 1º - A vinculação de que cuida este artigo é condição expressa, como se escrita fosse, em todas as relações do operador com terceiros que envolvam os bens vinculados.

§ 2º - As operadoras não poderão dispor dos meios materiais utilizados e vinculados ao serviço, sem prévia e escrita anuência da Prefeitura Municipal, vedação que se aplica, dentre outros casos, à venda de ônibus ou sua utilização em outras modalidades de transporte.

§ 3º - As operadoras deverão encaminhar ofício à Prefeitura Municipal, mediante protocolo, no caso de necessária disponibilização de algum dos meios materiais utilizados, solicitando sua anuência, a qual terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar, findo o qual, não havendo manifestação, considerar-se-á como dada.

§ 4º - O disposto no caput deste artigo não inclui o material de consumo, desde que sempre repostado nos níveis adequados para a prestação do serviço, nem impede as operadoras de admitir e demitir seu pessoal, desde que mantenha sempre o número de pessoas adequado à operação regular do serviço.

Art. 9º - As operadoras não poderão ceder a sua posição a terceiro sem prévio consentimento da Prefeitura Municipal, o qual somente será dado, sempre em caráter excepcional, sem prejuízo de outras exigências, se:

I - o cessionário preencher todos os requisitos exigidos para a operação do serviço, em especial aqueles cujo preenchimento possibilitou ao cedente obtê-la;

II - o cedente estiver em dia com suas obrigações perante a Prefeitura Municipal;

III - o cessionário assumir todas as obrigações e todas as garantias prestadas pelo cedente, mais aquelas que forem julgadas necessárias na ocasião.

Art. 10 - As operadoras deverão manter atualizados os seguintes documentos:

I - relativos à personalidade jurídica:

a) para as sociedades por ações: estatuto social de constituição, com alterações posteriores devidamente registradas; ata de eleição dos integrantes dos conselhos de administração, fiscal e da diretoria;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

b) para as sociedades limitadas: contrato social original e alterações posteriores, devidamente registrados;

c) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

II - relativos à capacidade financeira e à regularidade fiscal:

a) último balanço e respectivo demonstrativo de resultados devidamente publicado, no caso de sociedade por ações; nos demais casos, balanço e demonstrativo de resultados autenticados e certificados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b) prova de capital integralizado mediante a apresentação da ata da última assembléia registrada na Junta Comercial, em se tratando de sociedade por ações, e de contrato social devidamente registrado, nos demais casos;

c) certidão negativa de falência ou concordata passada pelo distribuidor judicial da sede da empresa, abrangendo o período de 05 (cinco) anos anteriores à data do pedido;

d) certidão negativa de débitos para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

III - relativos à Seguridade Social:

a) certidão de regularidade de situação com o INSS;

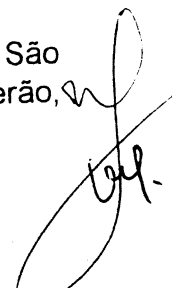
b) certidão de regularidade de situação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

§ 1º - Os documentos referenciados neste artigo deverão ser entregues anualmente à Prefeitura Municipal, durante o mês de janeiro de cada ano, ou, para aqueles com datas especificadas na legislação, quando de sua publicação.

§ 2º - As operadoras deverão comunicar à Prefeitura Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados do respectivo registro na Junta Comercial, as alterações que impliquem na mudança de sua Razão Social ou da composição do seu quadro societário, apresentando o respectivo instrumento formal.

CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 11 - Os usuários do transporte coletivo de São Carlos serão tratados como clientes do serviço de transporte, aos quais caberão, sem prejuízo de outros, os seguintes direitos:





Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

- I - receber serviço adequado;
- II - receber da Prefeitura Municipal e das operadoras as informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - obter e utilizar o serviço com liberdade de escolha, observadas as normas do serviço;
- IV - levar ao conhecimento da Prefeitura Municipal e das operadoras as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

§ 1º - Ao usuário será garantida a continuidade de sua viagem através da utilização dos veículos alocados no serviço de transporte coletivo, sempre que ocorrer impedimento da viagem que estiver sendo realizada por motivos mecânicos, acidente de trânsito ou outros fatos que impeçam seu prosseguimento.

§ 2º - As irregularidades operacionais na prestação do serviço deverão ser informadas de modo que seja possível sua correta caracterização, com identificação do veículo e hora.

Art. 12 - O usuário estará automaticamente dispensado do pagamento da tarifa correspondente, sempre que, realizando-a através de papel-moeda, respeitado o limite de troco máximo, não houver troco suficiente para a cobrança respectiva.

§ 1º - A inexistência de troco só se configurará ao final da viagem do usuário, garantindo-se ao mesmo, a parada do ônibus no seu ponto de destino.

§ 2º - O usuário dispensado do pagamento de tarifa deverá informar ao cobrador, seu nome e endereço, para efeito da prestação de contas do cobrador.

Art. 13 - São responsabilidades do usuário:

- I - manter em boas condições os bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;
- II - portar-se de modo adequado no interior dos ônibus, dos terminais e nos pontos de parada, respeitando os outros usuários;
- III - pagar pelo serviço prestado, salvo no caso de usuário com direito à isenção de cobrança de tarifa.

Art. 14 - São direitos das operadoras, além de outros previstos em lei:

- I - garantia de ampla defesa na aplicação das penalidades previstas neste Regulamento, no termo de concessão e na legislação, respeitados os prazos, formas e meios especificados;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

II - equilíbrio econômico-financeiro da delegação, respeitados os princípios legais e regulamentares que regem a forma de exploração do serviço;

III - garantia de análise, por parte da Prefeitura Municipal, de propostas apresentadas em relação à especificação dos serviços e demais critérios de operação;

IV - recebimento de respostas em relação às consultas formuladas nos prazos fixados.

Art. 15 - São responsabilidades das operadoras, além de outros previstos em lei, neste Regulamento e no contrato de concessão:

I - cumprir este Regulamento, o contrato de concessão, as Ordens de Serviço de Operação e demais normas regulamentares de sua atividade;

II - dar condições de pleno funcionamento aos serviços sob sua responsabilidade;

III - submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal, facilitando-lhe a ação;

IV - pagar à Prefeitura Municipal os valores devidos, relativos a impostos, taxas, preços públicos, valores de outorga, valores de custo de gerenciamento e as multas aplicadas, julgadas e mantidas após todas as instâncias recursais;

V - apresentar, sempre que for exigido, os seus veículos para vistoria técnica comprometendo-se a sanar, em prazo determinado pela Prefeitura Municipal, as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade do transporte de passageiros;

VI - manter as características dos veículos fixadas pela Prefeitura Municipal;

VII - preservar a inviolabilidade dos instrumentos de controle de passageiros e outros dispositivos de controle determinados pela Prefeitura Municipal;

VIII - apresentar seus veículos para o início de operação em adequado estado de conservação e limpeza;

IX - comunicar a ocorrência de acidentes à Prefeitura Municipal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando também, as providências adotadas e a assistência que foi prestada e proposta aos usuários e, ainda, uma cópia de Boletim de Ocorrência;

X - garantir a continuidade da viagem, providenciando a imediata substituição do ônibus avariado ou o transporte gratuito dos usuários que já tenham pago tarifa, no primeiro horário subsequente;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

XI - contratar pessoal devidamente habilitado e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos dos veículos;

Art. 16 - São direitos da Prefeitura Municipal:

I - o livre exercício de suas atividades de gerenciamento, respeitadas as competências e determinações expressas na legislação, neste Regulamento e demais atos normativos;

II - o livre acesso às instalações das operadoras e aos seus veículos, desde que para exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço de transporte coletivo;

III - o acatamento por parte das operadoras e seus prepostos, das instruções, normas e especificações;

IV - o recebimento dos valores devidos pelas operadoras, em relação aos custos dos serviços que prestar e às multas impostas.

Art. 17 - São responsabilidades da Prefeitura Municipal:

I - planejar o Sistema de Transporte Coletivo e especificar o serviço correspondente considerando as necessidades da população e o equilíbrio econômico do serviço;

II - fiscalizar os serviços prestados pelas operadoras e tomar as providências necessárias à sua regularização;

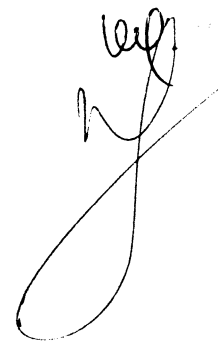
III - garantir à população livre acesso às informações sobre o serviço de transporte coletivo;

IV - apresentar aos usuários, de modo claro, preciso e em tempo hábil, informações sobre as alterações no serviço de transporte;

V - receber e analisar as propostas e solicitações das operadoras, informando-a de suas conclusões;

VI - autorizar a emissão de bilhetes, cartões e de créditos utilizados no pagamento dos serviços de transporte pelos usuários;

VII - especificar, controlar e fiscalizar o sistema de arrecadação.





Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

TÍTULO II - DA GESTÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E ESPECIFICAÇÃO DO
SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 18 - O planejamento do sistema de transporte será realizado visando ao atendimento das necessidades da população, observadas as diretrizes gerais do planejamento global da cidade, especialmente aquelas relativas ao uso do solo e ao sistema viário e considerando a adoção de alternativas tecnológicas apropriadas.

Parágrafo único - No cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Público levará em conta a organização e operação do sistema como um todo, bem como sua integração com outras modalidades de transporte.

Art. 19 - É diretriz básica do planejamento do sistema de transporte proporcionar aos usuários a mais ampla mobilidade e o acesso a toda cidade, no menor tempo e custo possíveis, com segurança e conforto.

Art. 20 - Na organização do transporte coletivo, o transporte público coletivo terá prioridade, em especial na circulação no sistema viário.

Art. 21 - Considerar-se-á atendida, pelo serviço de transporte coletivo, a região que apresentar uma distância máxima de até 400 metros da via em que trafegar alguma linha de transporte coletivo e que apresente uma demanda por transporte suficiente para viabilidade de oferecimento do serviço através de veículos de transporte coletivo.

Art. 22 - A especificação do serviço de transporte deverá ser realizada tomando-se como base a demanda real de passageiros, aferida por processos diretos ou indiretos de medição; o seu comportamento em termos de distribuição espacial e temporal; a capacidade dos veículos utilizados; a taxa de conforto, em termos de densidade de passageiros em pé e os intervalos máximos de espera, fixados pela política de transporte municipal; o tempo de viagem e demais condições específicas.

§ 1º - Na especificação dos serviços, a Prefeitura Municipal poderá utilizar os veículos que integram a frota das operadoras em qualquer linha.

§ 2º - Para os estudos necessários à especificação do serviço de transporte, a Prefeitura Municipal deverá valer-se de técnicas consagradas de engenharia de transportes e realizar, periodicamente, as pesquisas e levantamentos que se fizerem necessários.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 23 - Atendendo ao planejamento do sistema, a Prefeitura Municipal poderá criar, alterar e extinguir qualquer linha, levando em consideração os aspectos técnicos, sociais e econômicos.

Parágrafo único - As modificações introduzidas não importarão em qualquer direito à compensação ou indenização às operadoras, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços prestados.

Art. 24 - Todas as informações operacionais necessárias à prestação dos serviços, resultantes dos estudos de planejamento e especificação do serviço, serão registradas em Ordem de Serviço de Operação, o qual será o único documento válido para definição das características operacionais do serviço a ser realizado pelas operadoras.

§ 1º - As Ordens de Serviço de Operação serão emitidas no início das atividades das operadoras e sempre que houver alterações na relação de linhas ou da frota, devendo conter:

- I - denominação da operadora;
- II - data de validade;
- III - relação de linhas, com respectivo código e denominação, nas quais deverão ser alocados os veículos;
- IV - quantidade de veículos que integram a frota operacional, com sua respectiva especificação em termos de capacidade, potência e demais informações relevantes que resultem em diferenças na oferta do serviço, especificados por linha, por dia, tipo e período de operação do dia, assim entendido os períodos de pico manhã, entre-pico e pico tarde;
- V - quantidade de veículos que integram a frota reserva técnica, com sua respectiva especificação;
- VI - relação de anexos, especificados por linha;
- VII - Ordens de Serviço de Operação por Linha, anexos à Ordem de Serviço de Operação;
- VIII - data de emissão e assinaturas respectivas da Prefeitura Municipal e da operadora.

§ 2º - As Ordens de Serviço de Operação por Linha, anexas à Ordem de Serviço de Operação, serão emitidas no início das atividades da operadora e sempre que houver alterações na relação de linhas ou da frota, devendo conter:

- I - denominação da operadora e código da Ordem de Serviço de Operação a que se refere;
- II - data de validade;
- III - código e denominação do serviço;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

- Linha;
- IV - código da Ordem de Serviço de Operação por
- secundário;
- V - localização dos pontos terminais principal e
- VI - extensão da linha em operação normal;
- VII - extensões dos itinerários de acesso e recolhida dos veículos dos terminais principal e secundário, que resultarem em percursos ociosos;
- VIII - itinerário detalhado, contendo todas as vias em que devem circular os veículos, nos sentidos dos terminais principal e secundário, e vice-versa;
- IX - tempos de viagem, expressos em minutos, do percurso entre os terminais principal e secundário e vice-versa, por dia, tipo e período de operação;
- X - relação de horários de viagem com início nos terminais principal e secundário, por dia tipo;
- XI - quantidade de veículos que integram a frota operacional, com sua respectiva especificação em termos de capacidade, potência e demais informações relevantes, que resultem em diferenças na oferta do serviço, especificados por dia, tipo e período de operação do dia;
- XII - alterações promovidas em relação a sua última emissão;
- XIII - data de emissão e assinaturas respectivas da Prefeitura Municipal e da operadora.

§ 3º - Na emissão das Ordens de Serviço de Operação as linhas não serão consideradas como exclusivas de qualquer operadora.

§ 4º - A frota reserva técnica será estabelecida em função da frota operacional, em proporção que não deverá ser superior a 10% de seu valor.

Art. 25 - A Prefeitura Municipal modificará as Ordens de Serviço de Operação sempre que houver alterações na demanda ou necessidade de revisão da oferta do serviço, devido a mudanças no sistema viário ou no tráfego que gerem alterações na velocidade operacional e no tempo de ciclo da viagem.

§ 1º - Nos casos citados no caput desse artigo, poderão ser solicitados, sem prejuízo de outras medidas:

- I - aumento ou redução da frota alocada à linha;
- II - modificação na especificação dos veículos, para veículos cuja capacidade e demais características técnicas sejam mais adequados à nova situação da linha;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

III - aumento ou redução do intervalo entre as viagens, bem como o percentual da frota necessária para operação no pico e no entre pico, objetivando um melhor atendimento a nova demanda.

§ 2º - Havendo necessidade de ampliação da frota ou de alteração de sua especificação, as operadoras serão informadas com antecedência de 30 (trinta) dias, devendo se manifestar em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação.

Art. 26 - Garantir-se-á às operadoras a possibilidade de apresentação de propostas relativas à especificação do serviço.

§ 1º - As operadoras poderão propor o quadro horário da linha, realizando os ajustes operacionais necessários, respeitando a oferta de viagens em quantidade suficiente para o atendimento da demanda, fixados pela Prefeitura Municipal.

§ 2º - Apresentados os estudos relativos à especificação do serviço pela Prefeitura Municipal, as operadoras terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para apresentação das propostas referidas no caput deste artigo, a qual deverá ser analisada em igual prazo.

§ 3º - Durante o período de apresentação e análise referido no parágrafo anterior, caso necessário, vigorará a especificação do serviço inicialmente definida pela Prefeitura Municipal.

Art. 27 - A Prefeitura Municipal elaborará planos de contingência e adotará providências para a sua implantação, sempre que for configurada ameaça de solução de continuidade na operação dos serviços.

CAPÍTULO II - DA TARIFA

Art. 28 - O serviço de transporte coletivo será remunerado por tarifa fixada pelo Prefeito Municipal, que poderá ser diferenciada em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Parágrafo único - Na fixação da tarifa será considerada também a possibilidade de utilização pelo usuário do sistema como um todo integrado, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo.

Art. 29 - Na fixação da tarifa, o Prefeito levará em conta os resultados dos estudos econômicos.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 1º - Os estudos para revisão periódica das tarifas deverão ser realizados por iniciativa da Prefeitura Municipal, ou a requerimento das operadoras, que se obrigam a fornecer as informações e cópias de documentos solicitados.

§ 2º - Na execução dos estudos deverão ser consideradas as cláusulas econômicas do termo de concessão dos serviços e as propostas de preço apresentadas no processo licitatório, se for o caso.

Art. 30 - As tarifas poderão ser revistas, atendidas as exigências da legislação pertinente, em função de alterações de custos dos fatores inerentes à prestação dos serviços.

Art. 31 - Só serão permitidas as dispensas ou reduções tarifárias previstas em lei e de acordo com as normas regulamentares expedidas em decretos do Poder Executivo.

CAPÍTULO III - DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE

Art. 32 - A fiscalização dos serviços de transporte prestados pelas operadoras, especificados nas Ordens de Serviço de Operação ou relacionados no presente Regulamento, será exercida pela Prefeitura Municipal através de agentes de fiscalização credenciados, devidamente identificados.

§ 1º - Os agentes de fiscalização são considerados prepostos da Prefeitura Municipal podendo orientar, controlar e fiscalizar os serviços, interferindo quando e da forma que se tornar necessária para manutenção da boa qualidade dos mesmos.

§ 2º - Os agentes de fiscalização poderão em caráter preventivo determinar o afastamento imediato de qualquer funcionário das operadoras que tenha cometido violação grave de dever previsto neste Regulamento.

§ 3º - Os agentes de fiscalização poderão determinar a interdição ou retenção do veículo nos casos previstos nesse Regulamento.

§ 4º - Os agentes de fiscalização, quando necessário, poderão determinar providências de caráter emergencial, com o fim de viabilizar a continuidade da execução dos serviços.

§ 5º - A identificação dos agentes de fiscalização os credencia ao livre trânsito nos veículos das operadoras.

Art. 33 - A Prefeitura Municipal poderá adotar sistemas automáticos, embarcados nos ônibus, para coleta de dados operacionais, por si ou através das operadoras.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 1º - A implantação dos sistemas automáticos referidos no caput deste artigo, quando feita pelas operadoras, será feita após especificação ou aprovação da Prefeitura Municipal, a qual deverá exigir a inviolabilidade e confiabilidade dos dados apurados.

§ 2º - A Prefeitura Municipal poderá incluir as despesas de investimento e/ou custeio do sistema implantado na planilha de custos do sistema.

§ 3º - De igual modo, a Prefeitura Municipal poderá contratar de terceiros a medição dos serviços de transporte que servirão de subsídio à fiscalização e ao controle dos serviços concedidos, respeitados os critérios de inviolabilidade e confiabilidade dos dados apurados.

§ 4º - Em caso de avaria ou quebra de quaisquer dos equipamentos mencionados neste artigo, de tal forma que prejudique a medição do serviço, as operadoras deverão informar imediatamente a Prefeitura Municipal, além de adotar as providências por esta determinadas.

§ 5º - Independente da implantação de sistemas de controle automático de oferta, as operadoras deverão preencher, conforme as instruções a serem determinadas, formulários padronizados, cujo teor será objeto de aferição e confirmação, respondendo pelas informações neles contidas.

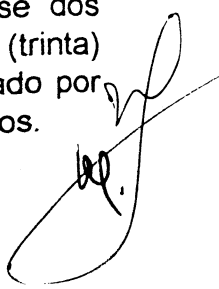
Art. 34 - A Prefeitura Municipal promoverá, sempre que entender necessário, a realização de auditoria técnico-operacional e econômico-financeira nas operadoras, através de equipe por ela credenciada respeitando, todavia, o sigilo dos levantamentos, quando garantidos por lei, no que se refere à divulgação das informações deles constantes.

Art. 35 - A auditoria precederá ao estudo de análise e avaliação do desempenho operacional e empresarial da empresa.

§ 1º - A empresa deverá fornecer todas as informações solicitadas pelos auditores, bem como permitir o livre acesso às dependências, instalações, livros e documentos.

§ 2º - O resultado dos estudos deverão ser encaminhados às operadoras no prazo de 30 (trinta) dias, contado de seu encerramento, na forma de relatório, contendo as recomendações, determinações, advertências ou observações da Prefeitura Municipal.

§ 3º - Às operadoras será facultada a análise dos resultados e apresentação de considerações em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua apresentação pela Prefeitura Municipal, findo o qual será dado por encerrado o processo de auditoria, devendo ser acatados os resultados obtidos.





Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 4º - As operadoras poderão designar prepostos, que acompanharão os auditores no processo de levantamento de dados.

Art. 36 - Verificada a existência de deficiência administrativa, econômico-financeira ou técnico-operacional, a Prefeitura Municipal determinará à empresa a adoção de medidas que visem corrigir as causas dos problemas.

Parágrafo único - Na hipótese de as medidas mencionadas neste artigo não surtirem os efeitos desejados, a Prefeitura Municipal deverá reavaliar a situação das operadoras em relação ao instrumento jurídico firmado entre as partes.

**CAPÍTULO IV - DAS INFRAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO
DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS**

Art. 37 - verificada a inobservância de qualquer das disposições deste Regulamento aplicar-se-á à operadora infratora a penalidade cabível.

Art. 38 - As infrações contidas neste Regulamento sujeitarão o infrator às seguintes penalidades, conforme a natureza da falta:

- I - advertência escrita;
- II - multa;
- III - apreensão do veículo;
- IV - afastamento de pessoal;
- V - suspensão da operação do serviço;
- VI - rescisão do vínculo jurídico existente.

§ 1º - À operadora infratora será garantida ampla defesa, na forma disposta neste Regulamento.

§ 2º - A aplicação das penalidades previstas neste Regulamento dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal.

§ 3º - A autuação não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

Art. 39 - Compete à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos a imposição das penalidades de advertência escrita, multa, apreensão do veículo e afastamento de pessoal.

Art. 40 - Compete ao Prefeito Municipal a imposição da pena de suspensão da operação do serviço e de rescisão do vínculo jurídico.

Art. 41 - As operadoras respondem civilmente por danos causados a terceiros e ao patrimônio público, na forma estabelecida em lei.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 42 - As infrações, com suas respectivas penalidades, constituem o Anexo 1 deste Regulamento.

Parágrafo único - Os valores das multas, constantes do Anexo 1, serão reajustados de acordo com a lei.

Art. 43 - A penalidade de advertência escrita conterà as providências necessárias para a correção da irregularidade que lhe deu origem.

§ 1º - A advertência será aplicada através de notificação de infração, a qual, sempre que possível, será comunicada, de pronto, à operadora e aos seus prepostos pelo agente de fiscalização, devendo conter:

- I - denominação da empresa operadora;
- II - código da infração cometida;
- III - descrição sucinta da infração cometida, com a indicação de local, dia, hora e demais dados importantes para sua caracterização;
- IV - nome e assinatura do agente de fiscalização;
- V - identificação de uma ou duas testemunhas, constando seu endereço, número de identidade e assinatura, sempre que possível;
- VI - nome e assinatura do preposto da operadora que, quando for o caso, recebeu a notificação de infração.

§ 2º - A penalidade de advertência escrita será convertida em multa no valor cominado no Grupo 2 do Anexo 1, caso não sejam atendidas as providências determinadas no prazo que for estabelecido.

Art. 44 - A aplicação de penalidade de multa será feita mediante processo iniciado por Auto de Infração lavrado por agente de fiscalização da Prefeitura Municipal, que conterà:

- I - denominação da empresa operadora;
- II - código da infração cometida;
- III - descrição sucinta da infração cometida, com a indicação de local, dia, hora e demais dados importantes para sua caracterização;
- IV - nome e assinatura do agente de fiscalização;
- V - valor referente à multa a ser imposta.

§ 1º - Nos casos em que for possível o pronto conhecimento da imposição da penalidade, o agente de fiscalização emitirá notificação de infração, nos termos do artigo 44, a qual deverá ser entregue à operadora ou seus prepostos.

§ 2º - A lavratura do Auto de Infração será levada a efeito com 03 (três) vias de igual teor, devendo o preposto da operadora exarar o ciente no canhoto da primeira via ou do protocolo que lhe for encaminhado.

§ 3º - A Prefeitura Municipal deverá remeter o Auto de Infração à operadora no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a sua lavratura.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 45 - A penalidade de apreensão do veículo será imposta pela Prefeitura Municipal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades pelos motivos que ensejaram o ato, proibindo a sua circulação, quando:

- I - não tiver sido aprovado nas vistorias regulares, na forma e condições definidas no artigo 73;
- II - em operação, não oferecer as condições de segurança exigidas;
- III - estiver operando sem a devida autorização da Prefeitura Municipal;
- IV - a idade do veículo ultrapassar o limite estabelecido;
- V - estiver em desacordo com as características e especificações técnicas estabelecidas pela Prefeitura Municipal;
- VI - o motorista ou o cobrador estiver em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

Art. 46 - A Prefeitura Municipal poderá exigir o afastamento ou remanejamento de qualquer motorista, cobrador ou fiscal das operadoras, caso seja considerado culpado de violação de dever previsto neste Regulamento, sendo-lhes assegurado o direito de defesa.

Parágrafo único - O afastamento será determinado imediatamente, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias, enquanto se processa a apuração dos fatos.

Art. 47 - As operadoras autuadas poderão apresentar defesa por escrito, perante a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de recebimento do Auto de Infração.

§ 1º - Apresentada a defesa, a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos promoverá as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, proferindo a decisão ao final.

§ 2º - No caso da autuação ter sido julgada procedente, a operadora autuada poderá recorrer, em um prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento do resultado do julgamento em primeira instância, ao Secretário de Obras, Transportes e Serviços Públicos, que, após ouvir as partes interessadas, apreciará o recurso.

§ 3º - O processo será arquivado, ao final de qualquer das fases recursais, caso o Auto de Infração seja julgado improcedente.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 48 - A operadora autuada terá prazo de 10 (dez) dias úteis para o pagamento das multas, a partir dos seguintes eventos:

- I - data do recebimento do auto de infração, salvo se apresentar recurso;
- II - data do recebimento de decisão em que não couber recurso.

§ 1º - A falta de pagamento da multa no prazo previsto no caput deste artigo ensejará a inscrição da operadora no Cadastro da Dívida Ativa do Município.

§ 2º - A situação decorrente da medida imposta no parágrafo anterior sujeitará a operadora à aplicação da penalidade de rescisão do vínculo jurídico, na forma do artigo 53.

Art. 49 - Havendo reincidência das infrações estabelecidas no Anexo 1, após a aplicação da pena de multa, incidirão sobre os valores das novas multas os percentuais estabelecidos abaixo:

- I - 100% (cem por cento) no caso de multas inclusas nos Grupos 2 a 5;
- II - 50% (cinquenta por cento) no caso de multas inclusas no Grupo 6.

Art. 50 - Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

Art. 51 - A penalidade de suspensão da operação do serviço será aplicada nos casos que ensejarem a intervenção no serviço, na forma prevista nos artigos 55 e seguintes.

Art. 52 - A penalidade de rescisão da concessão aplicar-se-á à operadora nas condições estabelecidas no vínculo jurídico e nos seguintes casos:

- I - perda dos requisitos de idoneidade e capacidade financeira, técnica ou administrativa;
- II - decretação de falência;
- III - quando em processo de dissolução legal;
- IV - quando transferir a prestação e exploração do serviço, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal;
- V - se estiver inadimplente junto à Prefeitura Municipal;
- VI - incorrer em um dos casos enquadrados como falta grave na prestação do serviço, conforme disposto no artigo 55.

Parágrafo único - Aplicada a pena de rescisão, a Prefeitura Municipal promoverá a regular licitação para nova delegação do serviço.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 53 - A penalidade de rescisão será aplicada pelo Prefeito Municipal, após processo administrativo regular.

§ 1º O processo a que se refere o caput deste artigo iniciar-se-á por determinação do Prefeito Municipal, que nomeará Comissão de 05 (cinco) membros, para proceder à apuração dos fatos, assegurando-se às operadoras amplo direito de defesa.

§ 2º Findo o processo administrativo com a adequada instrução, a Comissão elaborará relatório final acompanhado do parecer, que será encaminhado à decisão do Prefeito.

CAPÍTULO V - DA INTERVENÇÃO NO SERVIÇO

Art. 54 - Não será admitida a ameaça de interrupção, nem a solução de continuidade, bem como a deficiência grave na prestação do serviço público essencial de transporte coletivo de passageiros, o qual deverá estar à permanente disposição do usuário.

§ 1º - Para assegurar a continuidade do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, a Prefeitura Municipal poderá intervir na execução dos serviços, assumindo-o total ou parcialmente, através da assunção do controle dos meios materiais e humanos utilizados pelas operadoras, vinculados ao serviço, ou através de outros meios, a seu exclusivo critério.

§ 2º - A intervenção far-se-á por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos da lei.

§ 3º - Assumindo o serviço, a Prefeitura passará a controlar os meios a ele vinculados, respondendo apenas pelas despesas inerentes à respectiva prestação, cabendo-lhe integralmente as receitas da mesma, descontadas as parcelas relativas ao custo de capital, relativos ao patrimônio existente na data da intervenção, sem qualquer responsabilidade para com despesas, encargos, ônus e compromissos ou obrigações em geral das operadoras, para quem quer que sejam, como sócios, acionistas, empregados, fornecedores e terceiros em geral, se for o caso.

§ 4º - A assunção do serviço não inibe a Prefeitura de aplicar às operadoras as penalidades cabíveis, ou de considerar rompido o vínculo de transferência do serviço por culpa das operadoras, e ainda não desonera esta da obrigação do cumprimento das sanções impostas por infrações anteriores ao ato de intervenção.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 5º - Para os efeitos deste artigo, será considerado caso de falta grave na prestação do serviço, quando as operadoras:

I - realizarem "lock-out", ainda que parcial;

II - apresentarem elevado índice de acidentes na operação, por falta ou ineficiência de manutenção, bem como por imprudência de seus prepostos;

III - operarem com veículos sem manutenção periódica ou em estado de conservação, que não assegure condições adequadas de utilização;

IV - incorrerem em infração que seja considerada motivo para a rescisão do vínculo jurídico pelo qual lhe foi concedido o serviço;

V - descumprirem metas fixadas para a concessão.

Art. 55 - A equipe de intervenção contará com 01 (um) Interventor nomeado, 01 (um) Interventor Adjunto para assuntos administrativos e financeiros e 01 (um) Interventor Adjunto para assuntos operacionais.

§ 1º - Imediatamente após assumida a intervenção, o Interventor deverá:

I - providenciar a abertura de uma conta-corrente própria em banco estabelecido na cidade de São Carlos, em nome da Prefeitura Municipal, vinculada exclusivamente à movimentação financeira decorrente da intervenção, a qual será administrada em conjunto com o Interventor Adjunto administrativo-financeiro;

II - providenciar o bloqueio das contas correntes das operadoras, com posterior liberação para pagamento de débitos anteriores à Intervenção;

III - lacrar as dependências das operadoras, com liberação de acesso condicionada às necessidades operacionais ou após inventário dos bens e de materiais em estoque;

IV - providenciar auditoria financeira.

§ 2º - Os diretores das operadoras sob intervenção poderão acompanhar os atos mencionados neste artigo.

§ 3º - Ao Interventor é vedada a readmissão de ex-empregados das operadoras que tenham sido demitidos por justa causa, anteriormente ao ato de intervenção, salvo por decisão judicial.

Art. 56 - A Prefeitura não se responsabilizará pelos pagamentos vencidos anteriormente ao ato de intervenção, nem pelos que vencerem após seu termo inicial, exceto aqueles considerados indispensáveis à continuidade da operação dos serviços, desde que o ato de autorização de pagamento seja devidamente motivado e instruído.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 57 - Finda a intervenção, a Prefeitura Municipal devolverá as instalações, equipamentos, meios e veículos nas mesmas condições em que os recebeu, salvo os desgastes naturais decorrentes do uso normal e decurso do tempo.

Parágrafo único - Decorridos 15 (quinze) dias do termo final da Intervenção, a Prefeitura Municipal prestará contas às operadoras de todos os atos praticados durante o período de intervenção, apurando-se os créditos ou débitos oriundos deste.

TÍTULO III - DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

CAPÍTULO I - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 58 - O serviço de transporte será executado conforme especificações operacionais definidas nas Ordens de Serviço de Operação e padrões técnicos e operacionais, definidos neste Regulamento e em atos normativos da Prefeitura Municipal, bem como na legislação pertinente.

Art. 59 - As operadoras somente poderão efetuar alterações nos itinerários em casos estritamente necessários, por motivos eventuais, devidamente compatíveis, de impedimentos de vias e logradouros, as quais deverão cessar imediatamente após o término dos mesmos.

Parágrafo único - No caso de alteração de itinerário, na forma dada no caput desse artigo, as operadoras deverão informar à Prefeitura Municipal sua ocorrência.

Art. 60 - A tripulação, quando em operação, deverá ter sua documentação em ordem, pronta para ser exibida à fiscalização.

Art. 61 - Na execução das viagens deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - o embarque e desembarque de passageiros somente será efetuado nos pontos previamente estabelecidos, que contenham identificação, e após regular acionamento pelo passageiro, salvo determinação em contrário;

II - o embarque e desembarque de passageiros dar-se-á em qualquer local solicitado pelo passageiro, se na via onde trafegar o ônibus não houver demarcação de pontos de parada em uma extensão média de 500 m (quinhentos metros);



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

III - o tráfego dos veículos somente ocorrerá com suas portas fechadas;

IV - as paradas nos pontos terminais somente serão permitidas pelo tempo necessário para a regulação operacional do serviço, visando ao cumprimento dos intervalos previstos, ou para refeição dos operadores, desde que assim definidos nas programações do serviço;

V - nos pontos terminais onde houver disponibilidade de área para acomodação de veículos e desimpedimentos de natureza urbana, admitir-se-á o seu estacionamento em paradas prolongadas;

VI - no caso de avaria mecânica, falhas de qualquer natureza e acidentes sem vítimas, que não envolva a necessidade, prevista em lei, da permanência do veículo no local, o mesmo deverá ser estacionado fora da faixa de circulação e, de preferência, em local de pouco tráfego, de modo a não atrapalhar o trânsito da região e não provocar acidentes;

VII - ocorrendo a situação prevista no inciso VI, a tripulação deverá providenciar local adequado para espera dos passageiros, sinalização em conformidade com a legislação de trânsito, e a baldeação dos passageiros para outros veículos, cujos motoristas não poderão interpor restrições de qualquer natureza, exceto no caso do veículo apresentar-se com excesso de lotação.

Art. 62 - Fica terminantemente proibida a admissão de passageiros pela porta de desembarque do veículo, exceto nos casos definidos pela legislação e normas em vigor.

Art. 63 - Fica proibida a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que as operadoras ficam obrigadas a realizar as providências necessárias para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem.

Art. 64 - O reabastecimento ou manutenção de veículos deverão ser realizados em local próprio da empresa, sem passageiros a bordo.

Art. 65 - Os passageiros poderão conduzir bagagens, desde que possível o seu transporte sem incômodo ou risco para os demais passageiros, a critério do motorista.

Art. 66 - Será recusado o transporte de passageiro quando este:

I - estiver em visível estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas;

II - comprometer a segurança e tranquilidade dos demais passageiros.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

CAPÍTULO II - DOS VEÍCULOS E DE SUA MANUTENÇÃO

Art. 67 - Os veículos empregados no serviço essencial de transporte coletivo deverão apresentar as características e especificações técnicas definidas no termo de concessão e nas normas disciplinadoras fixadas pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Prefeitura Municipal considerará, para fixação das características dos veículos referidas no caput deste artigo, as características operacionais das linhas e a condição das vias que integram o seu itinerário, bem como as normas oficiais, definidas na legislação específica.

§ 2º - Os veículos e seus componentes não poderão sofrer alterações ou qualquer modificação que alterem as características definidas, sem autorização prévia da Prefeitura Municipal.

§ 3º - As operadoras deverão uniformizar a identificação de sua frota no tocante a cores, desenhos e demais elementos de identificação visual, segundo normas definidas pela Prefeitura Municipal.

§ 4º - Os veículos deverão possuir 05 (cinco) assentos (lugares) destinados ao uso preferencial por pessoas portadoras de deficiências, gestantes e idosos, os quais deverão estar devidamente identificados, sendo 03 (três) antes da catraca e 02 (dois) posteriores.

Art. 68 - Só será admitida a circulação de veículos que tenham sido registrados na Prefeitura Municipal.

§ 1º - O registro do veículo dar-se-á através de requerimento encaminhado pelas operadoras no qual deverá constar os dados do veículo para sua inclusão e/ou exclusão no Cadastro da Frota, acompanhado dos documentos que comprovem a propriedade e posse, ou posse, e a respectiva nota fiscal de aquisição, contrato de compra e venda ou de leasing.

§ 2º - A comprovação das informações fornecidas pela concessionária para inclusão dos veículos no cadastro de frota do município, relativas aos anos de fabricação de chassi e da carroceria, será feita através de um dos seguintes elementos:

I - plaqueta de identificação dos respectivos fabricantes;

II - apresentação pelas operadoras de cartas ou declarações dos fabricantes, atestando os anos de fabricação;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

III - na impossibilidade de comprovação pelos meios anteriores, será aceita a apresentação de Certificado de Propriedade expedido por órgão competente.

§ 3º As informações fornecidas estarão sujeitas a verificação pela Prefeitura Municipal, que poderá efetuar as diligências necessárias para sua comprovação.

§ 4º O veículo será submetido à vistoria prévia realizada por pessoal próprio ou designado pela Prefeitura Municipal, antes do deferimento do seu registro.

Art. 69 - Os veículos em operação deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, segurança e conforto, em conformidade com instruções definidas em ato normativo específico.

Parágrafo único - Os veículos que estejam alocados na reserva técnica e que estejam afastados de serviço para fins de manutenção poderão assim permanecer por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, findo o qual deverá ser imediatamente substituído por outro, de forma a recompor a quantidade de veículos da frota de reserva técnica.

Art. 70 - A idade média da frota integrante do serviço e a vida útil admitida para os veículos será estabelecida pela Prefeitura Municipal, no termo de concessão, sempre levando em consideração o ano de fabricação do chassi ou do ônibus, no caso deste ser monobloco.

Parágrafo único - As substituições de veículos que atingirem o limite máximo de uso ou que sejam necessárias para recomposição da idade média da frota deverão ser submetidas à aprovação da Prefeitura Municipal.

Art. 71 - Nenhum veículo poderá operar sem estar com a sua catraca lacrada pela Prefeitura Municipal e em bom estado de funcionamento.

Parágrafo único - A substituição ou reparo da catraca só poderá ser feita mediante solicitação de supervisão da Prefeitura Municipal, que promoverá a colocação de novo lacre e efetuará os registros correspondentes através de agentes de fiscalização.

Art. 72 - Os veículos serão periodicamente submetidos a vistoria geral, segundo normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 1º - Os veículos que não forem aprovados poderão ser reparados no local durante o tempo de duração da vistoria, findo o qual serão submetidos a nova vistoria.

§ 2º - Encerrado o processo de vistoria do dia, o agente de fiscalização entregará às operadoras o resultado, indicando aqueles ônibus que apresentam falhas que não comprometem a segurança do usuário e da população, os quais poderão ser reparados em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, findo o qual serão submetidos a uma nova vistoria.

§ 3º - A Prefeitura Municipal poderá determinar a imediata apreensão do veículo, configurada através de sua lacração, sempre que forem constatadas falhas que comprometam a segurança do usuário e da população, ou decorrido o prazo definido no parágrafo anterior, sem que as operadoras tenham tomado as providências no sentido de sanar as falhas constatadas.

§ 4º - Às operadoras é facultada a apresentação de plano de recuperação de frota, o qual deverá ser submetido à análise e aprovação da Prefeitura Municipal.

Art. 73 - Os serviços de manutenção deverão ser efetuados de acordo com as melhores técnicas, com adequados planos de manutenção preventiva e corretiva e de acordo com as instruções e recomendações dos fabricantes.

Art. 74 - A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local apropriado da área interna da garagem da operadora, não admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros a bordo.

Art. 75 - Os veículos somente poderão iniciar a operação do serviço após comprovadamente terem condições normais de tráfego, sem acusar qualquer anormalidade em teste de funcionamento feito na garagem, bem como após terem sido convenientemente limpos.

CAPÍTULO III - DAS INSTALAÇÕES

Art. 76 - As operadoras deverão ter garagem (ou garagens) exclusivas para a guarda, manutenção dos ônibus e operação dos serviços, localizada no Município de São Carlos.

Art. 77 - A garagem deverá apresentar as características mínimas, as instalações e os equipamentos mínimos relacionados abaixo:



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

- I - lavador automático de ônibus;
- II - dependências para administração do tráfego;
- III - dependências para execução dos serviços de manutenção;
- IV - dependências para uso dos funcionários com sanitários, vestiários e refeitório;
- V - dependências para administração;
- VI - portaria;
- VII - área para inspeção de frota dotada de valeta com pontos de energia elétrica;
- VIII - sala destinada à fiscalização da Prefeitura Municipal.

§ 1º - Todas as instalações deverão integrar lote ou lotes de terrenos devidamente dotados de fechamento lateral.

§ 2º - O pátio de circulação dos veículos deverá ser calçado.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, as instalações civis deverão atender às normas do Código de Obras e demais normas de postura da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IV - DO PESSOAL

Art. 78 - As operadoras adotarão processos adequados para a seleção e treinamento de pessoal, em especial aos funcionários que desempenham atividades relacionadas com o público e com a segurança do transporte.

Art. 79 - O pessoal das operadoras, em contato com o público, deverá:

- I - conduzir-se com urbanidade;
- II - apresentar-se corretamente uniformizado, com identificação pessoal e da empresa;
- III - prestar ao passageiro, quando solicitado, todas as informações relativas aos serviços;
- IV - cumprir as normas fixadas neste Regulamento, relativas à execução dos serviços.

Art. 80 - A admissão dos motoristas pelas operadoras será condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos, sem prejuízo de outros por ela estipulados:



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

- pesados;
- I - comprovar experiência em trabalho com veículos
 - II - ser aprovado nos testes de capacidade profissional a que deverão se submeter;
 - III - ter bons antecedentes.

Art. 81 - Constituem deveres dos motoristas das operadoras, sem prejuízo das obrigações da legislação de trânsito:

- I - dirigir o veículo de modo a não prejudicar a segurança e o conforto dos passageiros;
- II - movimentar o veículo somente com as portas fechadas;
- III - evitar freadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- IV - zelar pela boa ordem no interior do veículo;
- V - prestar os esclarecimentos solicitados pelos agentes de fiscalização e pesquisadores da Prefeitura Municipal;
- VI - evitar conversação regular com os usuários com o veículo em movimento, salvo em se tratando de solicitação de informações;
- VII - atender aos sinais de parada nos pontos pré-fixados;
- VIII - manter no veículo todos os documentos exigidos;
- IX - realizar o transbordo dos passageiros em caso de interrupção da viagem por motivo de falha ou acidentes, mantendo os passageiros em local que ofereça segurança;
- X - não fumar no interior do veículo ou utilizar aparelhos de som ou vídeo;
- XI - não ingerir bebida alcoólica em serviço, nos intervalos da jornada ou antes de entrar em serviço;
- XII - recolher o veículo à garagem, quando ocorrer indícios de defeito mecânico que possa pôr em risco a segurança dos passageiros;
- XIII - recusar o transporte de animais, plantas de médio ou grande porte, material inflamável, explosivo, corrosivo e outros materiais que possam comprometer a segurança ou conforto dos usuários;
- XIV - providenciar imediata limpeza do veículo quando necessário;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

XV - não permitir, salvo nos casos autorizados na legislação, a viagem de qualquer pessoa sem o devido pagamento, buscando auxílio policial quando necessário;

XVI - não permitir entrada de pedintes e pessoas que venham a comercializar produtos dentro dos veículos;

XVII - não portar, em serviço, arma de qualquer natureza.

Art. 82 - A admissão dos cobradores pelas operadoras será condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos, sem prejuízo de outros por ela estipulados:

I - saber ler e escrever;

II - ter bons antecedentes.

Art. 83 - Constituem deveres do cobrador:

I - cobrar o correto valor da tarifa;

II - fiscalizar a correta utilização de benefícios de redução ou isenção tarifária pelos usuários;

III - manter em reserva moeda suficiente para restituição do troco devido;

IV - não fumar no interior do veículo ou utilizar aparelhos de som ou vídeo, nem permitir que passageiros o façam;

V - colaborar com o motorista em tudo que diga respeito à comodidade e segurança dos passageiros e regularidade da viagem;

VI - preencher corretamente os documentos de viagem de sua responsabilidade;

VII - não portar, em serviço, arma de qualquer natureza;

VIII - providenciar para que os objetos esquecidos no interior dos veículos sejam entregues às operadoras quando encerrar o seu turno de serviço;

IX - esclarecer polidamente aos usuários sobre horários, itinerários, preços de passagens e demais assuntos correlatos;

X - orientar os usuários sobre o uso dos meios de pagamento e dos equipamentos de controle embarcados (bilhetagem eletrônica);

XI - zelar pela conservação dos equipamentos de controle de cobrança de passagens;

XII - não abandonar o veículo, quando parado para embarque e desembarque de passageiros;



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

XIII - prestar à fiscalização os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

XIV - exibir à fiscalização, sempre que lhe for solicitado, os documentos que lhe forem exigidos por lei, neste regulamento e em outras normas da prefeitura municipal;

XV - auxiliar o motorista nos atos de transbordo dos passageiros, em caso de interrupção da viagem por motivo de falha ou acidentes;

XVI - não ingerir bebida alcoólica em serviço, nos intervalos da jornada ou antes de entrar em serviço.

Art. 84 - As operadoras deverão oferecer cursos anuais de treinamento e de aperfeiçoamento para os funcionários de seu quadro.

§ 1º - No caso de motoristas, o programa de treinamento deverá, obrigatoriamente, conter aulas de direção defensiva e de relações com o público.

§ 2º - No caso de cobradores, o programa de treinamento deverá, obrigatoriamente, conter aulas de relações com o público.

§ 3º - Fica facultado à Prefeitura Municipal o acompanhamento dos programas de treinamento realizados pelas operadoras, bem como participar de sua formulação.

Art. 85 - À Prefeitura Municipal é facultado acompanhar processos de sindicância instaurados pelas operadoras, no caso de acidentes graves ou reiterados.

CAPÍTULO V - DA ARRECADAÇÃO E REMUNERAÇÃO

Art. 86 - A exploração do serviço, quando delegada, é incumbência das operadoras.

§ 1º - A remuneração das operadoras será feita mediante a arrecadação da tarifa em papel-moeda e/ou de outros meios de pagamento da tarifa regulamentados pela Prefeitura.

§ 2º - As operadoras participarão de sistema de compensação de receita tarifária, quando assim estabelecido no contrato de concessão, sujeitando-se às normas previstas neste instrumento e em regulamentação específica.

Art. 87 - As operadoras somente poderão cobrar dos usuários a tarifa de utilização efetiva fixada pelo Prefeito Municipal, observando o disposto neste regulamento e demais normas legais vigentes.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 1º - A concessionária se obriga a aceitar, como forma de pagamento de passagem, os passes comuns, os passes escolares específicos, vales-transportes, bilhetes e outros meios de pagamento de passagem emitidos ou aceitos pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, desde que estejam dentro do prazo de validade fixado em normas específicas da mesma.

§ 2º - Os valores das tarifas de utilização efetiva de que trata este artigo serão afixados em lugar visível no veículo, conforme especificação técnica regulamentadora das características dos veículos, de modo a assegurar o seu conhecimento pelo público.

Art. 88 - As operadoras serão responsáveis pela coleta de todas as informações relativas à passagem dos usuários pelos equipamentos de controle embarcados – catracas e validadores, se houver.

§ 1º - Os cobradores deverão preencher documentos de registro da comercialização diária, onde conste a quantidade de passageiros pagantes por tipo de tarifa.

§ 2º - Os documentos referidos no parágrafo anterior serão padronizados em ato normativo próprio.

§ 3º - Competem às operadoras a adequada manutenção e operação de todos os equipamentos relacionados ao sistema de controle e de comercialização implantados nos seus veículos e garagem.

Art. 89 - Serão dispensados de pagamento de tarifa os usuários mencionados em decretos regulamentares ou na legislação específica.

Parágrafo único - A fiscalização do uso dos benefícios tarifários estabelecidos em lei é de responsabilidade das operadoras.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 90 - As relações de parceria entre as operadoras e a Prefeitura Municipal no desenvolvimento do sistema de transporte coletivo de São Carlos deverão ser objeto permanente de atuação das partes.

Art. 91 - As infrações a este Regulamento sujeitas a penalidade de advertência e multa são aquelas enquadradas no Anexo I, Grupos 1 a 6.

§ 1º - A reincidência em infrações objeto de advertências escritas serão penalizadas com multa no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

§ 2º - A reincidência referida no parágrafo anterior será caracterizada quando tratar-se de infração cometida pelo mesmo funcionário em um período de 03 (três) meses, contado da última notificação de infração.

§ 3º - A reincidência das infrações relacionadas nos Grupos 2 a 4 do Anexo I será caracterizada quando o fato gerador repetir-se em um prazo de 03 (três meses), contada da última notificação de infração, exceção feita à hipótese prevista sob o código 3.5 (Grupo 3 do Anexo I).

§ 4º - A reincidência da infração relacionada sob código 3.5. (Grupo 3 do Anexo I) será caracterizada se ocorrida no mesmo horário do dia-tipo, em um prazo de 01 (um) mês, contado da última notificação de infração.

§ 5º - Para avaliação do descumprimento de horário de viagem, conforme relacionado na infração sob código 3.5., admitir-se-á um atraso tolerado de 05 (cinco) minutos em relação ao horário definido no quadro horário da linha, para aquelas em que o intervalo em relação ao horário subsequente for maior ou igual a 20 (vinte) minutos e de metade do intervalo, admitido no cálculo o inteiro superior, nos casos contrários.

§ 6º - A ocorrência de dano a bem público por desídia ou má fé de preposto das operadoras estará sujeito a cobrança de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) e a reparação do dano ou pagamento dos valores devidos no prazo fixado pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

§ 7º - O atraso no cumprimento do prazo estipulado pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos para reparação do dano nas ocorrências mencionadas no § 6º sujeitará as operadoras ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso.

Art. 92 - As infrações a esse Regulamento sujeitas a penalidade de afastamento do funcionário são aquelas enquadradas no Anexo I do Grupo 7.

Art. 93 - As infrações a esse Regulamento sujeitas à apreensão de veículo e multa são as relacionadas no Grupo 8 do Anexo I.

Parágrafo único - Além das multas relacionadas no caput deste artigo, a Prefeitura Municipal poderá cobrar taxa de estadia, para cobertura dos custos de remoção, guarda e seguro dos veículos, a qual será determinada em Decreto específico.

CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



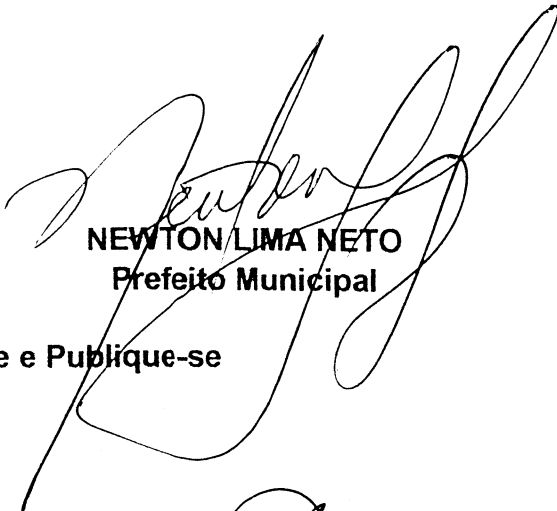
Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

Art. 94 - Este Regulamento e demais atos normativos dele decorrentes aplicar-se-ão as operadoras do serviço de transporte coletivo do município de São Carlos independentemente do título jurídico que embase sua prestação de serviço.

Art. 95 - A Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos baixará as instruções complementares necessárias e adaptará seus procedimentos até plena regularização de seus processos de trabalho em conformidade com este Regulamento.


Art. 96 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 16 de outubro de 2002.



NEWTON LIMA NETO
Prefeito Municipal

Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se



CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS
Secretário Municipal de Governo e
Coordenação de Gabinete

FICADO
Divisão de Expediente
(a) 



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

ANEXO I

RELAÇÃO DE INFRAÇÕES E PENALIDADES

GRUPO 1

PENALIDADE: ADVERTÊNCIA ESCRITA

Código	Infração
1.1.	Preposto fumar no interior do veículo ou utilizar aparelhos de som e vídeo, que não os integrantes do veículo.
1.2.	Preposto ocupar assento de passageiros no veículo, exceto na situação em que haja sua disponibilidade.
1.3.	Preposto permanecer na entrada ou saída do veículo, dificultando o embarque ou desembarque dos passageiros.
1.4.	Preposto permitir a atividade de pedintes e vendedores ambulantes no interior do veículo.
1.5.	Motorista manter conversação regular com os passageiros, com o veículo em movimento, salvo quando se tratar de solicitação de informação.
1.6.	Motorista ou cobrador sem crachá de identificação em lugar visível ao público ou sem estar devidamente uniformizado.
1.7.	Motorista estacionar o veículo fora dos pontos terminais da linha, sem motivo justificado.
1.8.	Preposto permitir o transporte de animais de qualquer espécie e plantas de médio e grande porte.
1.9.	Motorista parar o veículo afastado do meio fio, para embarque e desembarque de passageiros, sem motivo justificado.
1.10.	Motorista colocar o veículo em movimento com a porta aberta.
1.11.	Motorista manter o veículo estacionado nos terminais, com as portas fechadas, sem motivo justificado, impedindo a entrada de passageiros.
1.12.	Motorista permitir o embarque e desembarque de passageiros fora dos pontos regulamentares, ou com o veículo em movimento.
1.13.	Motorista não atender ao sinal de embarque ou desembarque de passageiros, nos pontos regulamentados.
1.14.	Motorista recusar passageiro, sem motivo justificado.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

GRUPO 2

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE R\$ 25,00 (VINTE E CINCO REAIS)

Código Infração

- 2.1. Operar com veículo derramando combustível ou lubrificantes na via pública, ou no seu interior.
- 2.2. Não cumprir determinação da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos de afixar no veículo, comunicações, documentos, folhetos de tarifas e impressos, ou afixá-los fora do lugar estabelecido.
- 2.3. Operar com veículo sem limpeza interna e externa, no início da jornada.
- 2.4. Estacionar veículos nos pontos terminais, estações e terminais de integração em número superior ao admitido, prejudicando a operação do sistema.

GRUPO 3

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

Código Infração

- 3.1. Preposto destratar passageiros ou manter comportamento inconveniente quando em serviço.
- 3.2. Alterar os pontos de parada, sem autorização.
- 3.3. Desacatar, opor-se, ou dificultar a ação da fiscalização.
- 3.4. Operar veículo em desacordo com as especificações definidas nos atos regulamentares emitidas pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.
- 3.5. Não cumprir horário de viagem ou itinerário conforme estabelecido nas Ordens de Serviço de Operação por Linha.
- 3.6. Executar transporte gratuito de passageiros, exceto nos casos de isenções tarifárias definidas em atos regulamentares, inexistência de troco e transbordos.

GRUPO 4

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE R\$ 100,00 (CEM REAIS)

Código Infração

- 4.1. Utilizar o veículo para outros fins que não o serviço objeto deste contrato.
- 4.2. Não apresentar veículo para vistoria (multa por veículo).
- 4.3. Não permitir a viagem do usuário na inexistência de troco.
- 4.4. Contratar pessoal sem habilitação.
- 4.5. Retardar ou impedir atuação da fiscalização.

**GRUPO 5****PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)**

Código	Infração
5.1.	Deixar de cumprir avisos, ofícios, memorandos ou ordens emanadas pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.
5.2.	Deixar de fornecer documento, informações e dados solicitados pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos ou fornecê-los incorretos, fora das normas ou prazos.
5.3.	Manter em serviço preposto cujo afastamento tenha sido exigido pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.
5.4.	Abastecer ou efetuar manutenção do veículo com passageiro a bordo.

GRUPO 6**PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)**

Código	Infração
6.1.	Cobrar tarifa em valores diferentes da autorizada.
6.2.	Utilizar documentos adulterados ou falsificados.
6.3.	Retardar ou impedir execução de auditoria.

GRUPO 7**PENALIDADE: AFASTAMENTO DE PESSOAL**

Código	Infração
7.1.	Preposto abandonar o veículo, sem causa justificada, quando em operação.
7.2.	Preposto não providenciar, de imediato, a obtenção de transporte para os usuários em caso de avaria ou interrupção da viagem.
7.3.	Preposto deixar de prestar, sem motivo justo, socorro a usuário ferido em razão de acidente.
7.4.	Motorista dirigir o veículo de forma perigosa, comprometendo a segurança e conforto dos passageiros.
7.5.	Motorista transportar produto inflamável e/ou explosivos.
7.6.	Preposto portar, em serviço, arma de qualquer espécie.
7.7.	Preposto em serviço estar alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica.



Decreto nº 139
de 16 de outubro de 2002

GRUPO 8
PENALIDADES: APREENSÃO DE VEÍCULO E MULTA

Código	Infração	Multa
8.1.	Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança ou que não tenha sido lacrado em vistoria.	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
8.2.	Não atender a intimação da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos para retirar de circulação veículo em condições consideradas inadequadas.	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
8.3.	Colocar em operação veículo sem registro junto à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.	R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
8.4.	Colocar em operação veículo sem dispositivo de controle de passageiros, defeituoso ou com lacre violado.	R\$ 1.000,00 (um mil reais)